



**DELIBERAÇÃO SES/MG Nº , DE 18 DE SETEMBRO DE 2024.**

Aprova as regras para alocação de recursos da Rede de Atenção Oftalmológica no âmbito da Programação Pactuada Integrada – PPI conforme Deliberação SUS/MG nº 4.180, de 16 de maio de 2023.

A Comissão Intergestores Bipartite do Sistema Único de Saúde do Estado de Minas Gerais - CIB-SUS/MG, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 14-A da Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e o art. 32 do Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011 e considerando:

- a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;
- a Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde/SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde;
- a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências;
- o Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências;
- a importância de ampliar e qualificar o acesso à atenção especializada nas diversas subespecialidades da oftalmologia para propiciar intervenção oportuna e evitar danos irreversíveis à visão;
- a projeção de incremento na demanda voltada à atenção à saúde ocular em razão do aumento da

MINUTA CIB



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

expectativa de vida da população, na qual se observa a prevalência das doenças crônicas não transmissíveis e dos agravos decorrentes da evolução dessas doenças;

- a necessidade de induzir a organização da Rede de Atenção em Oftalmologia no SUS/MG, potencializar a oferta assistencial nas subespecialidades da oftalmologia e melhorar a qualidade de vida dos usuários no que se refere à atenção à saúde ocular;
- a necessidade de apoiar a estruturação dos serviços e otimização dos recursos conforme análise dos parâmetros assistenciais de saúde e produção executada por meio da apuração de produção no SIA-SUS e SIH-SUS; e
- a aprovação da CIB-SUS/MG em sua 311ª Reunião Ordinária, ocorrida em 18 de setembro de 2024.

**DELIBERA:**

Art. 1º - Ficam aprovadas as regras para alocação de recursos da Rede de Atenção Oftalmológica no âmbito da Programação Pactuada Integrada – PPI, conforme definições desta Deliberação.

§1º - O recurso financeiro de que trata o caput deste artigo é de R\$ 114.763.830,11 (cento e quatorze milhões setecentos e sessenta e três mil oitocentos e trinta reais e onze centavos) **de fonte federal, que serão programados da seguinte forma:**

I – **Consulta Oftalmológica básica** a serem programados na FOG 1002002 – R\$ 12.492.612,65 (doze milhões, quatrocentos e noventa e dois mil, seiscentos e doze reais e sessenta e cinco centavos) ;

II – **Glaucoma Clínico** serem programados na FOG 1002003 – R\$ 71.892.850,89 (setenta e um milhões, oitocentos e noventa e dois mil, oitocentos e cinquenta reais e oitenta e nove centavos);

III – **Retina Clínico** a serem programados na FOG 1002004 – R\$ 3.712.481,12 (três milhões, setecentos e doze mil, quatrocentos e oitenta e um reais e doze centavos);

IV- **Urgência Clínico** a serem programados na FOG 1002005 – R\$1.904.033,14 (um milhão, novecentos e quatro mil, trinta e três reais e quatorze centavos);

V – **Córnea Clínico** a serem programados na FOG 1002006 – R\$ 1.307.406,50 (um milhão, trezentos e sete mil, quatrocentos e seis reais e cinquenta centavos);

VI – **Estrabismo Clínico** a serem programados na FOG 1002007 – R\$ 212.387,54 (duzentos e doze mil, trezentos e oitenta e sete reais e cinquenta e quatro centavos);

VII- **Concessão de óculos** a serem programados na FOG 1002008 - R\$ 1.948.100,00 (um milhão novecentos e quarenta e oito mil e cem reais);

MINUTA CIB



VIII – **Glaucoma Cirúrgico** a serem programados na FOG 1002009 – R\$ 2.109.431,86 (dois milhões cento e nove mil quatrocentos e trinta e um reais e oitenta e seis centavos);

IX- **Glaucoma Laser** a serem programados na FOG 1002010 - R\$ 166.500,00 (cento e sessenta e seis mil e quinhentos reais);

X – **Plástica Ocular (Pequenos procedimentos cirúrgicos)** a serem programados na FOG 1002011 – R\$ 3.355.048,78 (três milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil, quarenta e oito reais e setenta e oito centavos);

XI – **Plástica Ocular Diagnóstico** a serem programados na FOG 1002012 – R\$ 1.893.155,02 (um milhão, oitocentos e noventa e três mil, cento e cinquenta e cinco reais e dois centavos);

XII - – **Retina Cirúrgico** a serem programados na FOG 1002013 – R\$ 8.711.357,98 (oito milhões, setecentos e onze mil, trezentos e cinquenta e sete reais e noventa e oito centavos);

XIII- **Córnea Cirúrgico** a serem programados na FOG 1002014 - R\$ 684.695,33 (seiscentos e oitenta e quatro mil, seiscentos e noventa e cinco reais e trinta e três centavos);

XIV- **Estrabismo Cirúrgico** serem programados na FOG 1002015 – R\$ 1.040.781,42 (um milhão quarenta mil setecentos e oitenta e um reais e quarenta e dois centavos);

XV- **Plástica Ocular Cirúrgica** a serem programados na FOG 1002016 – R\$ 889.775,22 (oitocentos e oitenta e nove mil setecentos e setenta e cinco reais e vinte e dois centavos);

XVI- **Urgência Clínica e Cirúrgica** a serem programados na FOG 1002017 – R\$ 1.624.489,90 (um milhão, seiscentos e vinte e quatro mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e noventa centavos);

XVII- **Uveítes Complexas** a serem programados na FOG 1002018 – R\$ 29.656,05 (vinte e nove mil seiscentos e cinquenta e seis reais e cinco centavos);

XVIII- **Neuro-Oftalmologia** a serem programados na FOG 1002019 - R\$ 382.794,79 (trezentos e oitenta e dois mil setecentos e noventa e quatro reais e setenta e nove centavos);

XIX- **Oncologia Oftalmológica** a serem programados na FOG 1002020 – R\$135.549,92 (cento e trinta e cinco mil quinhentos e quarenta e nove reais e noventa e dois centavos);

XXI- **Cirurgias pediátricas congênitas** a serem programados na FOG 1002021 - R\$ 96.652,97 (noventa e seis mil seiscentos e cinquenta e dois reais e noventa e sete centavos);

XXI- **Retinopatia da prematuridade** a serem programados na FOG 1002022 – R\$ 12.913,80 (doze mil novecentos e treze reais e oitenta centavos);

XXII- **Cirurgia de Órbita** a serem programados na FOG 1002023 – R\$ 161.155,23 (cento e sessenta e um mil cento e cinquenta e cinco reais e vinte e três centavos).

§2º - As carteiras **Catarata Diagnóstico e Catarata tratamento e Retina - Laser e aplicação**



**intravítrea de antiVEGF** não terão programação na PPI inicialmente, serão programadas a partir da alocação de novos recursos pelo Ministério da Saúde oriundos de novas habilitações, sendo custeados transitoriamente com recursos estaduais com as regras a serem definidas em Resolução específica.

§3º - Os recursos oriundos de novas habilitações pelo Ministério da Saúde serão redistribuídos na PPI conforme os parâmetros estabelecidos pela Deliberação CIB-SUS/MG nº 4180/2022.

Art. 2º - Para a alocação de recursos serão consideradas as seguintes premissas, conforme as diretrizes estabelecidas na Deliberação CIB-SUS/MG nº 4.180, de 16 de maio de 2023.

I - existência de prestadores habilitados como Serviços de Tratamento do Glaucoma (CNES 05.06) e Unidades de Atenção Especializada em Oftalmologia de Alta Complexidade (CNES 05.03) com produção assistencial;

II - o parâmetro populacional estabelecido para cada uma das tipologias conforme Deliberação CIB nº 4.065/2022;

III - execução de procedimentos de carteiras clínicas e cirúrgicas previstas na Deliberação CIB-SUS/MG nº 4.065/2022;

IV - descentralização da execução das carteiras menos frequentes e maior resolubilidade de forma regionalizada conforme Deliberação CIB-SUS/MG nº 4.065/2022;

V - fluxo assistencial conforme dados de produção nos sistemas de informação oficiais (SIA e SIH do ano de 2023) para territórios que estão em desacordo com a proposta de desenho de Rede, conforme Anexo VI da Deliberação CIB-SUS/MG nº 4.065/2022.

Art. 3º - A nova programação será implementada de forma gradativa, sendo constituída por um período de transição de 1 (um) ano, em que todas as microrregiões ou municípios com mais de 80.000 habitantes terão recursos referente a Tipologia I, denominado como “Ambulatório Básico” alocados nos municípios polo ou em municípios com mais de 80.000 habitantes.

Parágrafo único - Após esse período, os recursos referentes a carteira oftalmológica básica serão reprogramados conforme a execução, observando inclusive a execução dos municípios que aderiram as OCI do Programa Mais Acesso a Especialistas (PMAE) do Ministério da Saúde e do Programa Estadual Miguilim.

Art. 4º - Para definição da alocação de recursos da Tipologia II foi considerado todos os municípios com prestadores habilitados para o tratamento medicamentoso do glaucoma, código



05.06, em que terão os recursos referentes as carteiras obrigatórias (Glaucoma Clínico, Retina Clínico, Urgência Oftalmológica Clínica e Carteira Oftalmológica Básica) alocados nos tetos de seus municípios.

§1º - Os municípios que não possuem serviços habilitados para o tratamento medicamentoso do glaucoma terão seus recursos alocados nos municípios com prestadores habilitados, de acordo com o principal fluxo assistencial da microrregião constante na base de dados oficiais.

§2º - Os municípios das microrregiões elegíveis que não possuem ainda serviço para o tratamento medicamentoso do glaucoma, mesmo que possuam produção para as demais carteiras obrigatórias e opcionais vinculadas à Tipologia II, terão seus recursos alocados conforme o fluxo assistencial para assistência ao glaucoma constante na base de dados oficiais.

§3º - Os municípios das microrregiões que não possuem serviços habilitados para o tratamento do glaucoma e que possuem fluxos assistenciais para mais de um município de Tipologia II, terão um único município de atendimento, tendo seus recursos alocados conforme o fluxo assistencial ao tratamento medicamentoso do glaucoma como eixo orientador para alocação do recurso das carteiras obrigatórias da Tipologia II.

§4º - Os recursos referentes as carteiras oftalmológicas opcionais da Tipologia II (Estrabismo Clínico, Córnea Clínico, Catarata Diagnóstico e Tratamento, Concessão de Óculos) serão alocados nos municípios com prestadores habilitados para o tratamento do glaucoma com medicamentos, de acordo com o fluxo assistencial principal da microrregião constante na base de dados oficiais, tendo um único fluxo para cada subespecialidade.

§5º - Todos os municípios habilitados para o tratamento medicamentoso do glaucoma que executam a carteira da catarata tratamento também terão os recursos referente a concessão de óculos alocados obrigatoriamente em seu município.

§6º - Os recursos referentes as carteiras obrigatórias da tipologia II somente poderão ser remanejados em sua totalidade, não havendo remanejamento de recursos de subespecialidades de forma individual.

Art. 5º - Para a definição da alocação de recursos da Tipologia III, todos os municípios com prestadores habilitados como Unidade de Atenção Especializada em Oftalmologia de Alta Complexidade, código 05.03, terão seus recursos referentes as carteiras obrigatórias vinculadas à Tipologia III (Catarata Diagnóstico e Tratamento, Córnea Clínico, Estrabismo Clínico, Concessão de Óculos, Retina Laser e aplicação intravítrea de anti-VEGF, Glaucoma Cirúrgico, Glaucoma Laser, Plástica Ocular Diagnóstico e Plástica Ocular Pequenos Procedimentos Cirúrgicos,



Urgência Clínico e Cirúrgico e Carteira Oftalmológica Básica) programados em seus municípios conforme a resolubilidade estabelecida no Anexo I.

§1º - Todos os municípios com prestadores como Unidade de Atenção Especializada em Oftalmologia de Alta Complexidade e que possuem também habilitação para o tratamento medicamentoso do glaucoma terão os recursos referentes as carteiras obrigatórias da Tipologia II alocados em seu município.

§2º - Os municípios com prestador habilitado como Unidade de Atenção Especializada em Oftalmologia de Alta Complexidade, mas que não possuem habilitação para o tratamento medicamentoso do glaucoma, terão os recursos referentes as carteiras obrigatórias da Tipologia II alocados conforme o fluxo assistencial do glaucoma clínico constante na base de dados oficiais.

§3º - Municípios que não possuem habilitação de Unidade de Atenção Especializada em Oftalmologia de Alta Complexidade, mas que possuem produção nas carteiras obrigatórias da Tipologia III, caso obedeçam ao parâmetro georreferencial estabelecido na Deliberação CIB-SUS/MG 4.065/2022, terão seus recursos alocados em seu município conforme resolubilidade estabelecida no Anexo I.

§4º - Municípios que não possuem habilitação de Unidade de Atenção Especializada em Oftalmologia de Alta Complexidade, mas que possuem produção nas carteiras obrigatórias da Tipologia III e extrapolam o parâmetro georreferencial estabelecido na Deliberação CIB-SUS/MG 4.065/2022, terão seus recursos alocados no município com maior volume de procedimentos das carteiras obrigatórias e opcionais,

§5º - Os municípios que não possuem prestadores habilitados como Unidade de Atenção Especializada em Oftalmologia de Alta Complexidade, mas que apresentam produção nas carteiras obrigatórias da tipologia III e que possuem habilitação para o tratamento medicamentoso do glaucoma terão os recursos referentes as carteiras obrigatórias da Tipologia II alocados em seu município.

§6º - Os recursos referentes as carteiras oftalmológicas opcionais da Tipologia III (Retina Cirúrgico, Córnea Cirúrgico, Estrabismo Cirúrgico, Plástica Ocular Cirúrgico e Uveítes Complexas) serão alocados conforme o fluxo assistencial constante na base de dados oficiais em um único município de atendimento.

§7º - Os recursos referentes as carteiras opcionais que possuem como origem Estado de Minas Gerais (Neuro-Oftalmologia, Cirurgias Oftalmológicas Pediátricas/Congênitas, Cirurgias de Órbita, Oncologia Oftalmológica e Retinopatia da Prematuridade) terão seus recursos alocados em município polo estadual.



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**

§8º - Os recursos referentes as carteiras obrigatórias da tipologia III poderão ser remanejados anualmente conforme a produção das carteiras obrigatórias e o percentual de resolubilidade estabelecida, não havendo remanejamento de recursos de subespecialidades de forma individual.

Art. 6º - Ficam convalidados os parâmetros definidos na Deliberação CIB-SUS/MG nº 4.180/2022 aplicados às regiões de saúde de origem e municípios de atendimento na simulação das novas programações conforme os regramentos descritos.

§1º - A simulação tendo como base o fluxo assistencial demonstrado pela produção apurada no ano de 2023, conforme estudo elaborado pela Diretoria de Programação Pactuada Integrada (DPPI/SES-MG) será encaminhada às regiões de saúde de origem para validação ou revisão observando os regramentos descritos e cronograma estabelecido no Anexo II.

§2º - Casos de discordância das proposições ou situações específicas apontadas pelos territórios serão discutidos e definidos no âmbito do GT de Oftalmologia.

Art 7º - Como desdobramento deste instrumento, os territórios deverão pactuar planos de ação regionais, que contemplem: a macrorregião, microrregião, município, tipologia do serviço, carteiras obrigatórias e opcional(s), o status (qualificação/implantação) e o ano de previsão para implantação da Tipologia de serviço até abril de 2025.

Art. 8º - Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros na PPI da competência de 01/2025, parcela 02/2025.

Belo Horizonte, de setembro de 2024.

**FÁBIO BACCHERETTI VITOR**  
**SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE E**  
**COORDENADOR DA CIB-SUS/MG**

**ANEXOS I E II DA DELIBERAÇÃO CIB-SUS/MG Nº, DE 18 DE SETEMBRO DE 2024**  
(disponível no sítio eletrônico [www.saude.mg.gov.br](http://www.saude.mg.gov.br)).

MINUTA CIB



**ANEXO I DA DELIBERAÇÃO CIB-SUS/MG Nº , DE 18 DE SETEMBRO DE 2024.**

**REGRAMENTO REFERENTE A RESOLUBILIDADE DA TIPOLOGIA III**

- A. Cada Região de Saúde (RS) de origem deverá pactuar com outro município de atendimento para as carteiras obrigatórias conforme a pontuação obtida na análise de resolubilidade, observando os seguintes percentuais:**

<b>RESOLUBILIDADE</b>	<b>ATENDIMENTO EM REGIÃO DE SAÚDE PRÓPRIA</b>	<b>ATENDIMENTO EM REGIÃO DE SAÚDE DE REFERÊNCIA</b>
80 A 100%	100%	0
60 A 79%	80%	20%
40 A 59%	60%	40%
ABAIXO DE 40%	40%	60%

- B. A definição da região de saúde de referência deverá considerar a proximidade de localização e o fluxo assistencial predominante.**
- C. A definição de referência para as carteiras opcionais deverá considerar o fluxo assistencial predominante.**





**ANEXO II DA DELIBERAÇÃO CIB-SUS/MG Nº , DE 18 DE SETEMBRO DE 2024.**

<b>CRONOGRAMA</b>	
<b>DATA</b>	<b>AÇÃO</b>
30/09	Disponibilização dos tetos para revisão e validação da nova programação da Rede de Oftalmologia
30/09 a 23/10	Validação ou revisão da proposta apresentada, com indicação de novo pacto quando couber
23/10 a 05/11	Consolidação dos dados recebidos por município de atendimento no GT de Oftalmologia
Dezembro	Aprovação em CIB

MINUTA CIB